



Tribunal de Contas
ESTADO DE PERNAMBUCO

Relatório Consolidado de Levantamento

Levantamento Nacional de Transparência
Pública - 2022



Relatório Consolidado de Levantamento

**Levantamento Nacional de
Transparência Pública - LNTP 2022**

SEGMENTOS

Gerência de Auditoria dos Poderes e da Previdência - GEPP

Gerência de Previdência e Gestão Fiscal - GPGF

EQUIPE

Ana Karina Henriques dos Santos

Bruno Gonçalves Miranda

Carmem Solange Wachholz

Emanuel Felipy Melo Araújo

Francisco Gomes de Amorim

João Carlos Camilo Carlini Neto

João Paulo Gomes Pereira

Josemario Gonçalves de Andrade

Kátya Rossana Souto Maior Mafra

Luis Fernando de Deus Baptista Barcellos

Luiz Antônio da Costa Lima Neves

Luiz Felipe Teixeira Lins de Melo

Raquel Alves de Moura

Tiago Alves da Costa

Walter Brandão Júnior

Wanderley Azevedo da Silva

Wendel Henrique Dutra de Andrade Souza

UNIDADES JURISDICIONADAS

Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

Câmaras Municipais

Defensoria Pública de Pernambuco

Governo de Estado de Pernambuco

Ministério Público de Pernambuco

Prefeituras Municipais

Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

Tribunal de Justiça de Pernambuco

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
1.1. Objetivo	4
1.2. Fundamentação Legal	4
1.3. Critérios de Avaliação	5
1.4. Processo de Trabalho	6
2. RESULTADO DA AVALIAÇÃO	8
2.1. Níveis de Transparência	8
Tabela 1 - Níveis de Transparência segundo o LNTP 2022	8
2.2. Resultado Consolidado do LNTP 2022 no âmbito das UJs do TCE-PE	8
Tabela 2 - Total de Unidades Jurisdicionadas Envolvidas	8
Tabela 3 - Resultado Consolidado do Levantamento por Nível de Transparência	9
Gráfico 1 - Resultado Consolidado do Levantamento por Nível de Transparência	9
Tabela 4 - Resultado Consolidado por Nível de Transparência e Tipo de Entidade	10
3. CONCLUSÃO	11
Tabela 5 - UJs indicadas para a formalização de Processo de Gestão Fiscal	12
APÊNDICE I	13
Matriz dos Critérios de Avaliação Comuns a todas as UJs	13
APÊNDICE II	19
Matrizes dos Critérios de Avaliação Específicos para as UJs	19
APÊNDICE III	25
Resultado Final da Avaliação do LNTP 2022 das Unidades Jurisdicionadas do TCE-PE envolvidas no levantamento	25

1. INTRODUÇÃO

1.1. Objetivo

Com objetivo de assegurar o cumprimento das obrigações relacionadas à Transparência Pública e, tendo em vista, o [Acordo Plurilateral de Cooperação Técnica nº 03/2022](#), celebrado entre os Tribunais de Contas, o Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI), o Instituto Rui Barbosa (IRB), a Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (ABRACOM), o Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC) e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), para a implementação do Programa Nacional de Transparência Pública, o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) realizou o Levantamento Nacional de Transparência Pública (LNTP) no âmbito dos Poderes e dos Órgãos Autônomos estaduais e dos Poderes municipais do Estado de Pernambuco, adotando-se os parâmetros e o cronograma estabelecidos pelo Programa Nacional de Transparência Pública.

Foram avaliadas as Prefeituras e Câmaras Municipais, o Poder Executivo Estadual, a Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, o Ministério Público do Estado de Pernambuco, o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco.

A seguir será apresentado o diagnóstico consolidado da transparência pública das unidades jurisdicionadas do TCE-PE, acima mencionadas, para o exercício 2022.

1.2. Fundamentação Legal

A avaliação dos Sítios Oficiais e Portais de Transparência seguiu os preceitos estabelecidos na Resolução TC nº 172, de 08 de julho de 2022, que dispõe sobre a realização do Levantamento Nacional de Transparência Pública no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco.

Para efeito da avaliação, foram adotados os parâmetros estabelecidos pelo Programa Nacional de Transparência Pública, notadamente aqueles definidos na Cartilha do Programa Nacional de Transparência Pública, disponível no sítio oficial do TCE-PE (www.tce.pe.gov.br) no menu "*TCE > Publicações > Cartilhas, Guias e Manuais*".

1.3. Critérios de Avaliação

A partir do entendimento estabelecido na Resolução ATRICON nº 09/2018, que aprovou as diretrizes relacionadas à temática “Transparência dos Tribunais de Contas e dos jurisdicionados”, atualizada pela Resolução ATRICON nº 01/2022, foram definidos os critérios de avaliação, a serem verificados como cumpridos ou não.

Os critérios de avaliação são classificados, por nível de exigência, em essenciais, obrigatórios ou recomendados, e a eles são atribuídos pesos, ficando caracterizados da seguinte forma:

- I. **Essenciais** (peso 3): critérios de observância compulsória, cujo descumprimento pode ocasionar o bloqueio das transferências voluntárias;
- II. **Obrigatórios** (peso 2): aqueles de observância compulsória, cujo cumprimento pelas unidades controladas é imposto pela legislação;
- III. **Recomendados** (peso 1): aqueles cuja observância, embora não decorra de regra expressa na legislação, constitui boa prática de transparência.

Ao final do levantamento, como resultado da avaliação dos sítios e portais de transparência com base nos critérios avaliados, é atribuído um índice de transparência a cada Unidade Jurisdicionada. Os índices por sua vez são classificados em níveis de transparência, conforme a seguir

- **Diamante**
 - 100% dos critérios essenciais e índice de transparência entre 95% e 100%;
- **Ouro**
 - 100% dos critérios essenciais e índice de transparência entre 85% e 94%;
- **Prata**
 - 100% dos critérios essenciais e índice de transparência entre 75% e 84%;

- **Intermediário**
 - menos de 100% dos critérios essenciais e índice de transparência maior ou igual a 75%; OU
 - índice de transparência entre 50% e 74%.
- **Básico**
 - índice de transparência entre 30% e 50%.
- **Inicial**
 - índice de transparência abaixo de 30%.
- **Inexistente**
 - índice de transparência igual a 0%.

Saliente-se que cada critério foi avaliado de forma estática, isto é, a pontuação considerada foi aquela correspondente à informação disponibilizada pela Unidade Jurisdicionada no momento da avaliação.

Importante destacar que a avaliação do Levantamento Nacional de Transparência Pública reflete apenas a disponibilização das informações nos sítios oficiais e portais de transparência no momento da apuração, não sendo verificadas a consistência e a fidedignidade dos dados e informações disponibilizados.

O [Apêndice I](#) e o [Apêndice II](#) deste relatório apresentam, respectivamente, a Matriz dos Critérios de Avaliação Comuns a todas as UJs e as Matrizes dos Critérios de Avaliação Específicos para cada Tipo de UJ.

1.4. Processo de Trabalho

Em 14/06/2022, o Tribunal de Contas de Pernambuco divulgou em sua página da Internet a participação no Levantamento Nacional de Transparência Pública de 2022, informando que tal levantamento seguiria a metodologia, os critérios, as ferramentas tecnológicas e o cronograma definidos no Programa Nacional de Transparência Pública da Atricon.

A partir dos critérios de avaliação definidos, a apuração do índice foi realizada em duas etapas, quais sejam: Avaliação e Reavaliação, a seguir detalhadas.

1.4.1. Etapa de Avaliação

No período de 07 a 20/07/2022, as UJs do TCE-PE que seriam avaliadas foram comunicadas oficialmente do referido levantamento, bem como da metodologia, dos critérios e do cronograma a ser observado.

O levantamento contou com a participação de 16 servidores do TCE-PE, que seguiram a metodologia indicada pela Atricon em sua Cartilha do Programa Nacional de Transparência Pública, utilizando-se de papéis de trabalho específicos para a avaliação, elaborados pelo TCE-PE.

O processo de trabalho consistiu na avaliação dos sítios oficiais e portais de transparência das UJs, que se deu no período de 03/08/2022 a 28/09/2022.

1.4.2. Etapa de Reavaliação

Mesmo não estando inicialmente prevista no cronograma estabelecido para o levantamento, após a divulgação dos resultados pela Atricon no 8º Encontro Nacional dos Tribunais de Contas - ENTC, realizado no período de 16 a 18/11/2022, foi dada às entidades avaliadas a possibilidade de questionamento aos Tribunais de Contas das avaliações preliminares realizadas.

A partir de 28/11/2022 as unidades jurisdicionadas do TCE-PE foram cientificadas do resultado da avaliação preliminar, sendo-lhes concedido inicialmente prazo até 05/12/2022, que foi posteriormente prorrogado até o dia 12/12/2022, para que apresentassem solicitação de reavaliação, indicando os critérios dos quais discordassem da avaliação preliminar.

Importante ressaltar que, de forma diferente da regra utilizada quando da reavaliação do Índice de Transparência Pública dos Municípios Pernambucanos - ITMPE, na reavaliação do LNTP, foram consideradas as adequações realizadas após a avaliação preliminar.

Diante dos questionamentos apresentados, o TCE-PE procedeu à etapa de reavaliação, que se deu no período de 01 a 30/12/2022. Das 374 (trezentas e setenta e quatro) UJs avaliadas, 220 (duzentas e vinte) solicitaram a reavaliação.

2. RESULTADO DA AVALIAÇÃO

2.1. Níveis de Transparência

De acordo com o índice de transparência apurado, as unidades jurisdicionadas foram classificadas, conforme disposto no [item 1.3](#) deste relatório, em um dos 7 (sete) Níveis de Transparência, detalhados na [Tabela 1](#) a seguir.

Tabela 1 - Níveis de Transparência segundo o LNTP 2022

NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA	CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO
DIAMANTE	<ul style="list-style-type: none">100% dos critérios essenciais e índice de transparência entre 95% e 100%
OURO	<ul style="list-style-type: none">100% dos critérios essenciais e índice de transparência entre 85% e 94%
PRATA	<ul style="list-style-type: none">100% dos critérios essenciais e índice de transparência entre 75% e 84%
INTERMEDIÁRIO	<ul style="list-style-type: none">menos de 100% dos critérios essenciais e índice de transparência maior ou igual a 75% OUíndice de transparência entre 50% e 74%
BÁSICO	<ul style="list-style-type: none">índice de transparência entre 30% e 50%
INICIAL	<ul style="list-style-type: none">índice de transparência abaixo de 30%
INEXISTENTE	<ul style="list-style-type: none">índice de transparência igual a 0%

2.2. Resultado Consolidado do LNTP 2022 no âmbito das UJs do TCE-PE

Concluídas as avaliações das 374 unidades jurisdicionadas do TCE-PE envolvidas neste levantamento, conforme [Tabela 2](#), e considerando-se a classificação indicada no [item 2.1](#) deste relatório, chegou-se ao resultado indicado na [Tabela 3](#) e no [Gráfico 1](#) a seguir.

Tabela 2 - Total de Unidades Jurisdicionadas Envolvidas

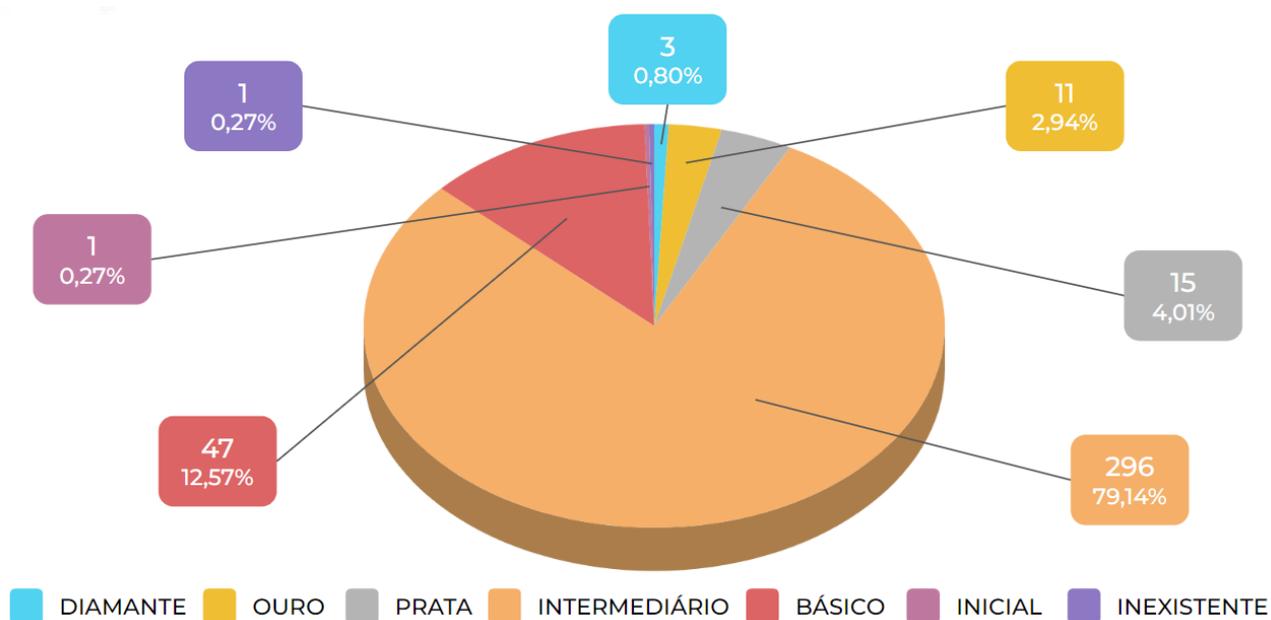
Tipo de Entidade	Total UJs
Assembleia Legislativa	1
Câmaras Municipais	184
Defensoria Pública	1

Tipo de Entidade	Total UJs
Governo Estadual	1
Ministério Público	1
Prefeituras Municipais	184
Tribunal de Contas	1
Tribunal de Justiça	1
Total	374

Tabela 3 - Resultado Consolidado do Levantamento por Nível de Transparência

Nível de Transparência	Total UJs	% UJs
DIAMANTE	3	0,80
OURO	11	2,94
PRATA	15	4,01
INTERMEDIÁRIO	296	79,14
BÁSICO	47	12,57
INICIAL	1	0,27
INEXISTENTE	1	0,27

Gráfico 1 - Resultado Consolidado do Levantamento por Nível de Transparência



A [Tabela 4](#), a seguir, traz o resultado mais detalhado por Nível de Transparência e por Tipo de Entidade. O resultado individualizado de cada UJ pode ser verificado no [Apêndice III](#) deste relatório.

Tabela 4 - Resultado Consolidado por Nível de Transparência e Tipo de Entidade

Nível de Transparência	Total UJs	Entidade
DIAMANTE	1	Ministério Público
	1	Prefeituras
	1	Tribunal de Contas
OURO	1	Câmaras
	1	Governo Estadual
	8	Prefeituras
	1	Tribunal de Justiça
PRATA	2	Câmaras
	1	Defensoria Pública
	12	Prefeituras
INTERMEDIÁRIO	1	Assembleia Legislativa
	148	Câmaras
	147	Prefeituras
BÁSICO	31	Câmaras
	16	Prefeituras
INICIAL	1	Câmaras
INEXISTENTE	1	Câmaras

3. CONCLUSÃO

Das 374 UJs envolvidas no levantamento, 3 (três) foram classificadas no nível de transparência DIAMANTE, 11 (onze) no nível OURO, 15 (quinze) no nível PRATA, 296 (duzentos e noventa e seis) no nível INTERMEDIÁRIO, 47 (quarenta e sete) no BÁSICO, 1 (uma) no INICIAL e 1 (uma) no INEXISTENTE.

Apesar do resultado do Levantamento Nacional de Transparência Pública (LNTP) não implicar inicialmente em qualquer tipo de sanção aos gestores, foi estabelecido pela Diretoria de Controle Externo (DEX) que, no âmbito do TCE-PE, em situações excepcionais de flagrante descumprimento da Transparência da Gestão Fiscal, seria proposta aos respectivos relatores a formalização de Processo de Gestão Fiscal. Para tanto, foi estabelecida regra objetiva, considerando critérios de avaliação do LNTP 2022 que envolvessem aspectos relacionados à Gestão Fiscal, a saber: critérios de Receita; critérios de Despesa; e critérios relacionados aos Instrumentos de Transparência da Gestão Fiscal.

A seguir são indicadas as condições em que será proposta a formalização de Processo de Gestão Fiscal:

1. a UJ atender a menos de 50% de todos os critérios considerados (Receita, Despesa e Instrumentos de Transparência da Gestão Fiscal); OU
2. a UJ atender a menos de 25% dos critérios de Receita considerados; OU
3. a UJ atender a menos de 25% dos critérios de Despesa considerados; OU
4. a UJ atender a menos de 25% dos critérios de Instrumentos de Transparência da Gestão Fiscal considerados.

Ante as regras acima descritas, propõe-se a formalização de Processo de Gestão Fiscal para 2 (duas) Prefeituras e 5 (cinco) Câmaras Municipais, que se enquadraram nas condições estabelecidas pela DEX. As referidas UJs encontram-se relacionadas na [Tabela 5](#).

Tabela 5 - UJs indicadas para a formalização de Processo de Gestão Fiscal

Nome UJ	% de Critérios Atendidos			
	Receita	Despesa	Instrumentos GF	Total
Câmara Municipal de Afrânio	100,0	77,8	0,0	70,0
Câmara Municipal de Buíque	0,0	0,0	0,0	0,0
Câmara Municipal de Manari	71,4	66,7	0,0	55,0
Câmara Municipal de Palmares	42,9	55,6	25,0	45,0
Câmara Municipal de São José do Belmonte	100,0	11,1	75,0	55,0
Prefeitura Municipal de Bom Jardim	85,7	66,7	0,0	38,7
Prefeitura Municipal de Vertente do Lério	14,3	0,0	73,3	38,7

Obs: Estão destacadas em vermelho as situações em que a UJ não atingiu o percentual mínimo estabelecido pela DEX, devendo, por essa razão, ser proposta a formalização de processo de Gestão Fiscal

Por fim, com base neste levantamento realizado pelo TCE-PE, bem como por todos os demais Tribunais de Contas do país envolvidos, coube à Atricon divulgar o resultado final do LNTP 2022, que se deu no 8º Encontro Nacional dos Tribunais de Contas - ENTC.

Após a conclusão das análises, os dados coletados constituíram o Radar da Transparência Pública Nacional, site da Atricon onde é possível consultar a situação de cada instituição fiscalizada conforme os critérios atendidos e acompanhar a evolução das ações para promoção da transparência ativa pelas instituições.

A ferramenta acima mencionada pode ser acessada através do *link*: <https://radar.tce.mt.gov.br/extensions/atricon2/panel.html>.

APÊNDICE I

Matriz dos Critérios de Avaliação Comuns a todas as UJs

MATRIZ COMUM		
GRUPO	CRITÉRIO AVALIADO	CLASSIFICAÇÃO
1. INFORMAÇÕES PRIORITÁRIAS	1.1. A entidade pública possui sítio oficial e/ou portal da transparência próprio ou compartilhado na internet?	Essencial
	1.2. O site contém ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação?	Obrigatória
2. INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	2.1. Competências	Obrigatória
	2.2. Estrutura organizacional	Obrigatória
	2.3. Identificação dos responsáveis	Obrigatória
	2.4. Endereços	Obrigatória
	2.5. Telefone	Obrigatória
	2.6. Horário de atendimento	Obrigatória
	2.7. Perguntas e respostas mais frequentes	Obrigatória
	2.8. Canal de Comunicação com cidadão do tipo 'Fale Conosco', que permite ao interessado comunicar-se com órgão por via eletrônica ou telefônica	Recomendada
3. RECEITA	3.1. Valores da receita pública arrecadada	Essencial
	3.2. Valores da receita pública prevista na LOA	Essencial
	3.3. Classificação orçamentária por natureza da receita (categoria econômica, origem, espécie)	Essencial
	3.4. Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) em relação aos critérios da receita	Obrigatória
	3.5. Gravação de relatórios em diversos formatos em relação aos critérios da receita	Obrigatória
	3.6. Existência de informações atualizadas em relação aos critérios da receita	Essencial
	3.7. Existência de histórico das informações em relação aos critérios da receita	Essencial
	3.8. Transferências voluntárias recebidas com indicação: do valor recebido	Obrigatória

	3.9. Transferências voluntárias recebidas com indicação: do objeto	Obrigatória
	3.10. Transferências voluntárias recebidas com indicação: da origem dos recursos	Obrigatória
	3.11. Transferências voluntárias recebidas com indicação: da data do repasse	Obrigatória
	3.12. Ferramenta de pesquisa específica (que permite pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) em relação aos critérios de transferências voluntárias recebidas	Obrigatória
	3.13. Gravação de relatórios em diversos formatos em relação aos critérios de transferências voluntárias recebidas	Obrigatória
	3.14. Existência de informações atualizadas em relação aos critérios de transferências voluntárias recebidas	Obrigatória
	3.15. Existência de histórico das informações em relação aos critérios de transferências voluntárias recebidas	Obrigatória
4. DESPESA	4.1. Número e o valor de empenho, liquidação e pagamento	Essencial
	4.2. Classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, a função, a subfunção, a natureza da despesa e a fonte dos recursos	Essencial
	4.3. Pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento	Essencial
	4.4. Procedimento licitatório, bem como a sua dispensa ou inexigibilidade	Essencial
	4.5. Bem fornecido ou serviço prestado	Essencial
	4.6. Ferramenta de pesquisa específica (em relação aos critérios da despesa)	Obrigatória
	4.7. Gravação de relatórios em diversos formatos (em relação aos critérios da despesa)	Obrigatória
	4.8. Existência de informações atualizadas (em relação aos critérios da despesa)	Essencial
	4.9. Existência de histórico das informações (em relação aos critérios da despesa)	Essencial
	4.10. Transferências voluntárias realizadas com indicação: do beneficiário	Obrigatória
	4.11. Transferências voluntárias realizadas com indicação: do objeto	Obrigatória

	4.12. Transferências voluntárias realizadas com indicação: do valor concedido	Obrigatória
	4.13. Transferências voluntárias realizadas com indicação: da data do repasse	Obrigatória
	4.14. Ferramenta de pesquisa específica (em relação aos critérios de transferências voluntárias realizadas)	Obrigatória
	4.15. Gravação de relatórios em diversos formatos (em relação aos critérios de transferências voluntárias realizadas)	Obrigatória
	4.16. Existência de informações atualizadas (em relação aos critérios de transferências voluntárias realizadas)	Obrigatória
	4.17. Existência de histórico das informações (em relação aos critérios de transferências voluntárias realizadas)	Obrigatória
5. RECURSOS HUMANOS	5.1. Relação nominal dos servidores	Obrigatória
	5.2. Indicação de cargo e/ou função desempenhada por cada servidor	Obrigatória
	5.3. Indicação da lotação de cada servidor	Recomendada
	5.4. Indicação da remuneração nominal de cada servidor	Obrigatória
	5.5. Tabela com o padrão remuneratório dos cargos e funções	Obrigatória
	5.6. Existência de informações atualizadas	Obrigatória
	5.7. Existência de histórico das informações	Obrigatória
	5.8. Gravação de relatórios em diversos formatos	Obrigatória
	5.9. Ferramenta de pesquisa específica	Obrigatória
6. DIÁRIAS	6.1. Nome do beneficiário	Obrigatória
	6.2. Cargo do beneficiário	Obrigatória
	6.3. Número de diárias usufruídas por afastamento	Obrigatória
	6.4. Período de afastamento	Obrigatória
	6.5. Motivo do afastamento	Obrigatória
	6.6. Local de destino	Obrigatória
	6.7. Tabela ou relação que explicita os valores das diárias dentro do Estado, fora do Estado e fora do país, conforme legislação local	Obrigatória

	6.8. Existência de informações atualizadas	Obrigatória
	6.9. Existência de histórico das informações	Obrigatória
	6.10. Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Obrigatória
	6.11. Gravação de relatórios em diversos formatos	Obrigatória
7. LICITAÇÕES, DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES e ATAS DE ADESÃO-SRP	7.1. Íntegra dos editais de licitação	Obrigatória
	7.2. Íntegra dos processos de dispensas de licitação	Obrigatória
	7.3. Íntegra dos processos de inexigibilidade de licitação	Obrigatória
	7.4. Íntegra das Atas de Adesão - SRP	Obrigatória
	7.5. Resultado das licitações indicando o(s) vencedor(es)	Obrigatória
	7.6. Resultado das licitações indicando o(s) valor(es)	Obrigatória
	7.7. Informação acerca da situação do certame (aberto, em andamento, suspenso, finalizado)	Obrigatória
	7.8. Relação das licitações fracassadas e/ou desertas	Obrigatória
	7.9. Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Obrigatória
	7.10. Gravação de relatórios em diversos formatos	Obrigatória
	7.11. Existência de informações atualizadas	Obrigatória
	7.12. Existência de histórico das informações	Obrigatória
8. CONTRATOS	8.1. Relação dos contratos celebrados, com o seu respectivo resumo	Obrigatória
	8.2. Íntegra dos contratos	Obrigatória
	8.3. Íntegra dos termos aditivos	Obrigatória
	8.4. Indicação do Fiscal do Contrato	Obrigatória
	8.5. Existência de informações atualizadas	Obrigatória
	8.6. Existência de histórico das informações	Obrigatória
	8.7. Gravação de relatórios em diversos formatos	Obrigatória

	8.8. Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Obrigatória
9. RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)	9.1. Publica o Relatório de Gestão Fiscal (RGF)	Essencial
	9.2. Existência de informações atualizadas	Essencial
	9.3. Existência de histórico das informações	Essencial
	9.4. Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos)	Obrigatória
	9.5. Relatório Circunstanciado do ano anterior	Obrigatória
10. SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO - SIC (FÍSICO)	10.1. Indicação da unidade/setor responsável pelo SIC	Obrigatória
	10.2. Indicação de endereço físico da unidade responsável pelo SIC	Obrigatória
	10.3. Indicação de telefone da unidade responsável pelo SIC	Obrigatória
	10.4. Indicação dos horários de funcionamento da unidade responsável pelo SIC	Obrigatória
11. SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO e-SIC (ELETRÔNICO)	11.1. Há possibilidade de envio de pedidos de informação de forma eletrônica (e-SIC)	Obrigatória
	11.2. A solicitação por meio do e-SIC é simples, ou seja, sem a exigência de itens de identificação do requerente que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação, tais como: envio de documentos, assinatura reconhecida, declaração de responsabilidade, maioridade. *A exigência de cadastro prévio não configura dificuldade ou impossibilidade de acesso à informação.	Obrigatória
	11.3. Instrumento normativo local que regule a LAI	Recomendada
	11.4. O ente publica relatório anual estatístico contendo a quantidade de pedidos de acesso recebidos, atendidos, indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes.	Obrigatória
	11.5. Existe rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses	Obrigatória
	11.6. Existe rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura	Obrigatória
12. ACESSIBILIDADE	12.1. Exibição do “caminho” de páginas percorridas pelo usuário	Obrigatória



	12.2. Opção de alto contraste	Obrigatória
	12.3. Redimensionamento de texto	Obrigatória
	12.4. Contém símbolo de acessibilidade em destaque	Obrigatória
	12.5. Mapa do site	Obrigatória
13. OUVIDORIAS	13.1. Há canal eletrônico de acesso/interação com a Ouvidoria	Recomendada
	13.2. Há informações sobre o atendimento presencial pela Ouvidoria	Recomendada
	13.3. Divulga Carta de Serviços ao Usuário	Recomendada
	13.4. Participação em redes sociais	Recomendada

Fonte: Apêndice II da Resolução Atricon nº 09/2018

APÊNDICE II

Matrizes dos Critérios de Avaliação Específicos para as UJs

MATRIZ ESPECÍFICA PARA OS PODERES EXECUTIVOS MUNICIPAIS E ESTADUAL		
GRUPO	CRITÉRIO AVALIADO	CLASSIFICAÇÃO
14. INSTRUMENTOS DA GESTÃO FISCAL E DO PLANEJAMENTO	14.1. Existência de PPA (Lei do Plano Plurianual)	Essencial
	14.2. Existência do Anexo do PPA	Essencial
	14.3. Existência de LDO (Lei do Diretrizes Orçamentárias)	Essencial
	14.4. Existência do Anexo da LDO	Essencial
	14.5. Existência de LOA (Lei Orçamentária)	Essencial
	14.6. Existência do Anexo da LOA	Essencial
	14.7. Parecer prévio do TCE	Essencial
15. RELATÓRIOS REFERENTES À TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL	15.1. Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)	Essencial
	15.2. Existência de informações atualizadas	Essencial
	15.3. Existência de histórico das informações	Essencial
	15.4. Ferramenta de pesquisa específica	Obrigatória
16. BOAS PRÁTICAS	16.1. Divulga informações sobre Renúncias Fiscais	Obrigatória
	16.2. Existência de informações atualizadas (em relação aos critérios de renúncias fiscais)	Obrigatória
	16.3. Existência de histórico das informações (em relação aos critérios de renúncias fiscais)	Obrigatória
	16.4. Gravação de relatórios em diversos formatos (em relação aos critérios de renúncias fiscais)	Obrigatória
	16.5. Ferramenta de pesquisa específica (em relação aos critérios de renúncias fiscais)	Obrigatória
	16.6. Divulga o Plano Estadual de Saúde	Obrigatória
	16.7. Divulga o Plano Estadual de Educação	Obrigatória
	16.8. Divulga o Relatório de Gestão Estadual de Saúde	Obrigatória

MATRIZ ESPECÍFICA PARA OS PODERES LEGISLATIVOS MUNICIPAIS E ESTADUAL		
GRUPO	CRITÉRIO AVALIADO	CLASSIFICAÇÃO
17. SERVIÇOS E ATIVIDADES DE INTERESSE COLETIVO	17.1. Leis estaduais e atos infralegais (resoluções/decretos) publicados no ano corrente	Obrigatória
	17.2. Leis estaduais e atos infralegais (resoluções/decretos) publicados nos 3 anos que antecedem ao da pesquisa (no mínimo)	Obrigatória
	17.3. Possibilidade de acessar as leis estaduais já editadas, de acordo com a numeração, a data, as palavras-chave ou o texto livre	Obrigatória
	17.4. Divulga informações atualizadas sobre cotas para exercício da atividade parlamentar/verba indenizatória	Recomendada
	17.5. Há histórico de informações sobre cotas para exercício da atividade parlamentar/verba indenizatória	Recomendada
	17.6. Há possibilidade de gravação de relatórios em diversos formatos relativamente às cotas para exercício da atividade parlamentar/verba indenizatória	Recomendada
	17.7. Há ferramenta de pesquisa sobre cotas para exercício da atividade parlamentar/verba indenizatória	Recomendada
	17.8. Divulga a legislação relacionada a gastos dos parlamentares	Obrigatória
	17.9. Projetos de leis e de atos infralegais, bem como as respectivas tramitações (contemplando ementa, documentos anexos, situação atual) referentes ao ano corrente	Obrigatória
	17.10. Projetos de leis e de atos infralegais, bem como as respectivas tramitações (contemplando ementa, documentos anexos, situação atual) referentes aos 3 anos que antecedem ao da pesquisa	Obrigatória
	17.11. Apresenta ferramenta de pesquisa que possibilite a busca de acordo com a numeração, a data, as palavras-chave ou o texto livre	Obrigatória
	17.12. Pauta das Comissões e das Sessões do Plenário (Pauta das matérias a serem discutidas. A divulgação pode se dar na forma de publicação de pauta conjunta, desde que fiquem explicitadas as respectivas atividades legislativas) referentes ao ano corrente	Obrigatória
	17.13. Atas das Sessões referentes aos últimos 30 dias	Obrigatória

MATRIZ ESPECÍFICA PARA OS PODERES LEGISLATIVOS MUNICIPAIS E ESTADUAL

GRUPO	CRITÉRIO AVALIADO	CLASSIFICAÇÃO
	17.14. Dados atualizados (30 dias) sobre as votações nominais, quando cabíveis (Divulgação da lista nominal de votação dos projetos de lei)	Recomendada
	17.15. Dados atualizados (30 dias) sobre a lista de presença e ausência dos parlamentares nas sessões	Recomendada
	17.16. Dados atualizados (30 dias) sobre as atividades legislativas dos parlamentares	Recomendada
	17.17. Há transmissão de sessões, audiências públicas, etc. via meios de comunicação como rádio, TV, internet, entre outros.	Recomendada
	17.18. Há ferramenta de pesquisa que permita pesquisar dentro do conjunto de dados referentes às votações nominais, lista de presença e/ou atividades legislativa	Recomendada
	17.19. Histórico de informações sobre as votações nominais, lista de presença e/ou atividades legislativas	Recomendada
	17.20. Divulga o ato que aprecia as Contas do Governador (Decreto) e o teor do julgamento (Ata ou Resumo da Sessão que aprovou ou rejeitou as contas) referentes a, pelo menos, o exercício corrente e os 3 anteriores	Obrigatória

MATRIZ ESPECÍFICA PARA O PODER JUDICIÁRIO

GRUPO	CRITÉRIO AVALIADO	CLASSIFICAÇÃO
18. SERVIÇOS E ATIVIDADES DE INTERESSE COLETIVO	18.1. Legislação	Obrigatória
	18.2. Divulga pauta das sessões (lista de processos aptos a julgamento conclusos), preferencialmente por ordem cronológica dos últimos 30 dias	Obrigatória
	18.3. Divulga ata das sessões de julgamento/deliberativas do corrente ano	Obrigatória
	18.4. Divulga informativo de jurisprudência contendo decisões atualizadas (últimos 30 dias)	Obrigatória
	18.5. Possui ferramenta de consulta de jurisprudência (v.g., sentenças, decisões, deliberações, acórdãos)	Obrigatória
	18.6. É possível localizar decisões, seja em informativos, seja pela consulta de jurisprudência, relativos aos 3 anos que antecedem ao da pesquisa	Recomendada

MATRIZ ESPECÍFICA PARA O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO		
GRUPO	CRITÉRIO AVALIADO	CLASSIFICAÇÃO
19. SERVIÇOS E ATIVIDADES DE INTERESSE COLETIVO	19.1. Legislação	Obrigatória
	19.2. Divulga pauta das sessões (lista de processos aptos a julgamento conclusos), preferencialmente por ordem cronológica dos últimos 30 dias	Obrigatória
	19.3. Divulga ata das sessões de julgamento/deliberativas do corrente ano	Obrigatória
	19.4. Divulga informativo de jurisprudência contendo decisões mais relevantes	Obrigatória
	19.5. Possui ferramenta de consulta de jurisprudência (v.g., sentenças, decisões, deliberações, acórdãos)	Recomendada
	19.6. É possível localizar decisões, seja em informativos, seja pela consulta de jurisprudência, relativos aos 3 anos que antecedem ao da pesquisa	Recomendada
	19.7. Divulga seus próprios atos normativos	Recomendada
	19.8. Divulga súmulas e pareceres que edita referentes ao ano corrente	Recomendada
	19.9. Divulga súmulas e pareceres que edita referente aos 3 anos que antecedem ao da pesquisa	Recomendada
	19.10. Há ferramenta de pesquisa que permita fazer busca específica no conjunto de dados relativos a súmulas e pareceres	Recomendada
	19.11. Divulga informações técnicas de cunho orientativo	Recomendada
	19.12. Informa, de modo atualizado (ano corrente), a respeito de montante de despesas irregulares prevenidas (economia gerada com ações preventivas)	Recomendada
	19.13. Informa, de modo atualizado (últimos 30 dias), sobre valor das condenações (débitos)	Recomendada
	19.14. Informa, de modo atualizado (últimos 30 dias), sobre valor das condenações (multas aplicadas)	Recomendada
	19.15. Divulga dados atualizados a respeito do montante de recursos ressarcidos ao Erário (ano corrente)	Recomendada

MATRIZ ESPECÍFICA PARA O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

GRUPO	CRITÉRIO AVALIADO	CLASSIFICAÇÃO
	19.16. Divulga relação de responsáveis por contas julgadas irregulares (ano corrente e os 3 anos que antecedem ao da pesquisa)	Recomendada
	19.17. Quanto aos processos de controle externo, o TC divulga pelo menos os seguintes dados: ementa e acórdão, voto condutor da decisão, parecer ministerial, relatório técnico e elementos de defesa? (para pontuar, tem que apresentar pelo menos 3 dos dados exigidos)	Recomendada
	19.18. O TC disponibiliza dados atualizados encaminhados pelos respectivos entes fiscalizados (Estados ou Municípios) referentes à despesa e à receita, em formato aberto e estruturado	Recomendada
	19.19. Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) a respeito dos dados encaminhados pelos entes fiscalizados	Recomendada
	19.20. Existência de histórico das informações a respeito dos dados encaminhados pelos entes fiscalizados	Recomendada
	19.21. Gravação de relatórios em diversos formatos a respeito dos dados encaminhados pelos entes fiscalizados	Recomendada

MATRIZ ESPECÍFICA PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO

GRUPO	CRITÉRIO AVALIADO	CLASSIFICAÇÃO
20. SERVIÇOS E ATIVIDADES DE INTERESSE COLETIVO	20.1. Disponibiliza de forma atualizada e consolidada a legislação	Obrigatória
	20.2. Registros atualizados de Procedimentos Preparatórios e os seus respectivos andamentos	Obrigatória
	20.3. Registros atualizados dos procedimentos de Investigação e seus respectivos andamentos	Obrigatória
	20.4. Registros atualizados sobre os Inquéritos civis e os respectivos andamentos	Obrigatória
	20.5. Existência de histórico das informações sobre os procedimentos preparatórios, de investigação e/ou inquéritos.	Recomendada

MATRIZ ESPECÍFICA PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO

GRUPO	CRITÉRIO AVALIADO	CLASSIFICAÇÃO
	20.6. Ferramenta de pesquisa específica (que permita pesquisar dentro deste conjunto de informações, possibilitando filtros específicos) em relação ao conjunto de dados referentes a procedimentos preparatórios, de investigação e/ou inquéritos.	Recomendada
	20.7. Gravação de relatórios em diversos formatos em relação ao conjunto de dados referentes a procedimentos preparatórios, de investigação e/ou inquéritos.	Recomendada

MATRIZ ESPECÍFICA PARA A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

GRUPO	CRITÉRIO AVALIADO	CLASSIFICAÇÃO
21. SERVIÇOS E ATIVIDADES DE INTERESSE COLETIVO	21.1. Disponibiliza a legislação do órgão de forma atualizada e consolidada	Obrigatória
	21.2. Disponibiliza material informativo atualizado (dados referentes ao ano corrente) (cartilha/boletins informativos sobre direitos dos cidadãos nas mais diversas áreas)	Recomendada
	21.3. Disponibiliza informações sobre o atendimento (identificação dos requisitos necessários para atendimento pela Defensoria; documentos exigidos para o atendimento; possibilidade de agendamento de atendimento via internet)	Recomendada

Fonte: Apêndice II da Resolução Atricon nº 09/2018



APÊNDICE III

Resultado Final da Avaliação do LNTP 2022 das Unidades Jurisdicionadas do TCE-PE envolvidas no levantamento



NOME ENTIDADE	PODER / ÓRGÃO AUTÔNOMO	ESFERA	% CRITÉRIOS ESSENCIAIS	% CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS	% CRITÉRIOS RECOMENDADOS	ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA	NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA
Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco	Legislativo	Estadual	100,00%	62,37%	88,24%	71,31%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Abreu e Lima	Legislativo	Municipal	81,25%	83,87%	35,29%	80,08%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Afogados da Ingazeira	Legislativo	Municipal	87,50%	74,19%	82,35%	77,29%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Afrânio	Legislativo	Municipal	68,75%	46,24%	23,53%	49,00%	BÁSICO
Câmara Municipal de Agrestina	Legislativo	Municipal	68,75%	59,14%	64,71%	61,35%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Água Preta	Legislativo	Municipal	100,00%	52,69%	29,41%	60,16%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Águas Belas	Legislativo	Municipal	93,75%	77,42%	23,53%	76,89%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Alagoinha	Legislativo	Municipal	81,25%	41,94%	29,41%	48,61%	BÁSICO
Câmara Municipal de Aliança	Legislativo	Municipal	87,50%	78,49%	47,06%	78,09%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Altinho	Legislativo	Municipal	93,75%	70,97%	41,18%	73,31%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Amaraji	Legislativo	Municipal	75,00%	60,22%	41,18%	61,75%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Angelim	Legislativo	Municipal	81,25%	53,76%	35,29%	57,77%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Araçoiaba	Legislativo	Municipal	87,50%	50,54%	23,53%	55,78%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Araripina	Legislativo	Municipal	93,75%	53,76%	23,53%	59,36%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Arcoverde	Legislativo	Municipal	87,50%	75,27%	64,71%	76,89%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Barra de Guabiraba	Legislativo	Municipal	75,00%	76,34%	47,06%	74,10%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Barreiros	Legislativo	Municipal	75,00%	58,06%	29,41%	59,36%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Belém de Maria	Legislativo	Municipal	81,25%	51,61%	29,41%	55,78%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Belém do São Francisco	Legislativo	Municipal	93,75%	74,19%	41,18%	75,70%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Belo Jardim	Legislativo	Municipal	87,50%	80,65%	23,53%	78,09%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Betânia	Legislativo	Municipal	93,75%	58,06%	29,41%	62,95%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Bezerros	Legislativo	Municipal	87,50%	83,87%	47,06%	82,07%	INTERMEDIÁRIO



NOME ENTIDADE	PODER / ÓRGÃO AUTÔNOMO	ESFERA	% CRITÉRIOS ESSENCIAIS	% CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS	% CRITÉRIOS RECOMENDADOS	ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA	NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA
Câmara Municipal de Bodocó	Legislativo	Municipal	81,25%	48,39%	5,88%	51,79%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Bom Conselho	Legislativo	Municipal	93,75%	69,89%	52,94%	73,31%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Bom Jardim	Legislativo	Municipal	87,50%	80,65%	35,29%	78,88%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Bonito	Legislativo	Municipal	87,50%	49,46%	29,41%	55,38%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Brejão	Legislativo	Municipal	93,75%	65,59%	64,71%	70,92%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Brejinho	Legislativo	Municipal	87,50%	59,14%	35,29%	62,95%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal do Brejo da Madre de Deus	Legislativo	Municipal	68,75%	51,61%	41,18%	54,18%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Buenos Aires	Legislativo	Municipal	81,25%	43,01%	17,65%	48,61%	BÁSICO
Câmara Municipal de Buíque	Legislativo	Municipal	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	INEXISTENTE
Câmara Municipal do Cabo de Santo Agostinho	Legislativo	Municipal	75,00%	58,06%	29,41%	59,36%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Cabrobó	Legislativo	Municipal	93,75%	67,74%	52,94%	71,71%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Cachoeirinha	Legislativo	Municipal	75,00%	44,09%	23,53%	48,61%	BÁSICO
Câmara Municipal de Caetés	Legislativo	Municipal	75,00%	51,61%	35,29%	54,98%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Calçado	Legislativo	Municipal	93,75%	75,27%	29,41%	75,70%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Calumbi	Legislativo	Municipal	87,50%	49,46%	11,76%	54,18%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Camaragibe	Legislativo	Municipal	75,00%	56,99%	17,65%	57,77%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Camocim de São Felix	Legislativo	Municipal	87,50%	89,25%	64,71%	87,25%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Camutanga	Legislativo	Municipal	87,50%	32,26%	23,53%	42,23%	BÁSICO
Câmara Municipal de Canhotinho	Legislativo	Municipal	81,25%	46,24%	11,76%	50,60%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Capoeiras	Legislativo	Municipal	87,50%	49,46%	17,65%	54,58%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Carnaíba	Legislativo	Municipal	81,25%	56,99%	76,47%	62,95%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Carnaubeira da Penha	Legislativo	Municipal	68,75%	34,41%	11,76%	39,44%	BÁSICO



NOME ENTIDADE	PODER / ÓRGÃO AUTÔNOMO	ESFERA	% CRITÉRIOS ESSENCIAIS	% CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS	% CRITÉRIOS RECOMENDADOS	ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA	NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA
Câmara Municipal de Carpina	Legislativo	Municipal	87,50%	58,06%	23,53%	61,35%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Caruaru	Legislativo	Municipal	93,75%	92,47%	64,71%	90,84%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Casinhas	Legislativo	Municipal	81,25%	83,87%	23,53%	79,28%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Catende	Legislativo	Municipal	75,00%	61,29%	23,53%	61,35%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Cedro	Legislativo	Municipal	87,50%	67,74%	23,53%	68,53%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Chã de Alegria	Legislativo	Municipal	81,25%	29,03%	11,76%	37,85%	BÁSICO
Câmara Municipal de Chã Grande	Legislativo	Municipal	93,75%	93,55%	70,59%	92,03%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Condado	Legislativo	Municipal	75,00%	53,76%	41,18%	56,97%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Correntes	Legislativo	Municipal	93,75%	50,54%	29,41%	57,37%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Cortês	Legislativo	Municipal	87,50%	31,18%	29,41%	41,83%	BÁSICO
Câmara Municipal de Cumaru	Legislativo	Municipal	87,50%	49,46%	29,41%	55,38%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Cupira	Legislativo	Municipal	81,25%	82,80%	17,65%	78,09%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Vereadores de Custódia	Legislativo	Municipal	81,25%	53,76%	35,29%	57,77%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Dormentes	Legislativo	Municipal	93,75%	72,04%	29,41%	73,31%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Escada	Legislativo	Municipal	87,50%	55,91%	17,65%	59,36%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Exu	Legislativo	Municipal	81,25%	53,76%	17,65%	56,57%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Feira Nova	Legislativo	Municipal	87,50%	84,95%	64,71%	84,06%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Ferreiros	Legislativo	Municipal	93,75%	95,70%	70,59%	93,63%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Flores	Legislativo	Municipal	100,00%	47,31%	23,53%	55,78%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Floresta	Legislativo	Municipal	100,00%	72,04%	64,71%	76,89%	PRATA
Câmara Municipal de Frei Miguelinho	Legislativo	Municipal	81,25%	69,89%	17,65%	68,53%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Gameleira	Legislativo	Municipal	87,50%	65,59%	29,41%	67,33%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Garanhuns	Legislativo	Municipal	93,75%	90,32%	47,06%	88,05%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Glória do Goitá	Legislativo	Municipal	93,75%	52,69%	41,18%	59,76%	INTERMEDIÁRIO



NOME ENTIDADE	PODER / ÓRGÃO AUTÔNOMO	ESFERA	% CRITÉRIOS ESSENCIAIS	% CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS	% CRITÉRIOS RECOMENDADOS	ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA	NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA
Câmara Municipal de Goiana	Legislativo	Municipal	93,75%	86,02%	47,06%	84,86%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Granito	Legislativo	Municipal	81,25%	39,78%	23,53%	46,61%	BÁSICO
Câmara Municipal de Gravatá	Legislativo	Municipal	87,50%	86,02%	70,59%	85,26%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Iati	Legislativo	Municipal	87,50%	72,04%	23,53%	71,71%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Ibimirim	Legislativo	Municipal	93,75%	74,19%	58,82%	76,89%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Ibirajuba	Legislativo	Municipal	81,25%	65,59%	47,06%	67,33%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Igarassu	Legislativo	Municipal	75,00%	63,44%	29,41%	63,35%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Iguaracy	Legislativo	Municipal	93,75%	93,55%	64,71%	91,63%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal da Ilha de Itamaracá	Legislativo	Municipal	87,50%	76,34%	35,29%	75,70%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Inajá	Legislativo	Municipal	93,75%	62,37%	35,29%	66,53%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Ingazeira	Legislativo	Municipal	100,00%	93,55%	70,59%	93,23%	OURO
Câmara Municipal de Ipojuca	Legislativo	Municipal	93,75%	82,80%	11,76%	80,08%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Ipubi	Legislativo	Municipal	93,75%	58,06%	11,76%	61,75%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Itacuruba	Legislativo	Municipal	75,00%	35,48%	17,65%	41,83%	BÁSICO
Câmara Municipal de Itaíba	Legislativo	Municipal	93,75%	84,95%	35,29%	83,27%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Itambé	Legislativo	Municipal	75,00%	49,46%	17,65%	52,19%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Itapetim	Legislativo	Municipal	87,50%	62,37%	29,41%	64,94%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Itapissuma	Legislativo	Municipal	87,50%	79,57%	41,18%	78,49%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Itaquitinga	Legislativo	Municipal	75,00%	64,52%	23,53%	63,75%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal do Jaboatão dos Guararapes	Legislativo	Municipal	93,75%	63,44%	23,53%	66,53%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Jaqueira	Legislativo	Municipal	87,50%	59,14%	23,53%	62,15%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Vereadores de Jataúba	Legislativo	Municipal	93,75%	60,22%	29,41%	64,54%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Jatobá	Legislativo	Municipal	75,00%	37,63%	23,53%	43,82%	BÁSICO
Câmara Municipal de João Alfredo	Legislativo	Municipal	75,00%	51,61%	23,53%	54,18%	INTERMEDIÁRIO



NOME ENTIDADE	PODER / ÓRGÃO AUTÔNOMO	ESFERA	% CRITÉRIOS ESSENCIAIS	% CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS	% CRITÉRIOS RECOMENDADOS	ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA	NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA
Câmara Municipal de Joaquim Nabuco	Legislativo	Municipal	81,25%	62,37%	29,41%	63,75%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Jucati	Legislativo	Municipal	87,50%	84,95%	88,24%	85,66%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Jupi	Legislativo	Municipal	75,00%	89,25%	64,71%	84,86%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Jurema	Legislativo	Municipal	68,75%	53,76%	11,76%	53,78%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Lagoa de Itaenga	Legislativo	Municipal	62,50%	37,63%	5,88%	40,24%	BÁSICO
Câmara Municipal de Lagoa do Carro	Legislativo	Municipal	87,50%	76,34%	41,18%	76,10%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Lagoa do Ouro	Legislativo	Municipal	93,75%	76,34%	58,82%	78,49%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Lagoa dos Gatos	Legislativo	Municipal	81,25%	53,76%	11,76%	56,18%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Lagoa Grande	Legislativo	Municipal	93,75%	47,31%	5,88%	53,39%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Lajedo	Legislativo	Municipal	87,50%	80,65%	23,53%	78,09%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Limoeiro	Legislativo	Municipal	87,50%	66,67%	58,82%	70,12%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Macaparana	Legislativo	Municipal	87,50%	82,80%	82,35%	83,67%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Machados	Legislativo	Municipal	81,25%	63,44%	58,82%	66,53%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Manari	Legislativo	Municipal	50,00%	23,66%	0,00%	27,09%	INICIAL
Câmara Municipal de Maraiá	Legislativo	Municipal	75,00%	39,78%	11,76%	44,62%	BÁSICO
Câmara Municipal de Mirandiba	Legislativo	Municipal	75,00%	50,54%	11,76%	52,59%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Moreilândia	Legislativo	Municipal	93,75%	35,48%	29,41%	46,22%	BÁSICO
Câmara Municipal do Moreno	Legislativo	Municipal	87,50%	56,99%	41,18%	61,75%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Nazaré da Mata	Legislativo	Municipal	87,50%	53,76%	23,53%	58,17%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Olinda	Legislativo	Municipal	62,50%	60,22%	52,94%	60,16%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Orobó	Legislativo	Municipal	100,00%	65,59%	35,29%	70,12%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Orocó	Legislativo	Municipal	62,50%	40,86%	11,76%	43,03%	BÁSICO
Câmara Municipal de Ouricuri	Legislativo	Municipal	81,25%	41,94%	23,53%	48,21%	BÁSICO
Câmara Municipal de Vereadores dos Palmares	Legislativo	Municipal	56,25%	29,03%	23,53%	33,86%	BÁSICO



NOME ENTIDADE	PODER / ÓRGÃO AUTÔNOMO	ESFERA	% CRITÉRIOS ESSENCIAIS	% CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS	% CRITÉRIOS RECOMENDADOS	ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA	NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA
Câmara Municipal de Palmeirina	Legislativo	Municipal	100,00%	79,57%	82,35%	83,67%	PRATA
Câmara Municipal de Panelas	Legislativo	Municipal	75,00%	41,94%	11,76%	46,22%	BÁSICO
Câmara Municipal de Paranatama	Legislativo	Municipal	87,50%	45,16%	17,65%	51,39%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Parnamirim	Legislativo	Municipal	81,25%	74,19%	17,65%	71,71%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Passira	Legislativo	Municipal	93,75%	69,89%	47,06%	72,91%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Paudalho	Legislativo	Municipal	100,00%	50,54%	11,76%	57,37%	INTERMEDIÁRIO
Câmara de Vereadores da Cidade do Paulista	Legislativo	Municipal	75,00%	48,39%	35,29%	52,59%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal da Pedra	Legislativo	Municipal	75,00%	80,65%	47,06%	77,29%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Pesqueira	Legislativo	Municipal	81,25%	44,09%	35,29%	50,60%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Petrolândia	Legislativo	Municipal	81,25%	38,71%	23,53%	45,82%	BÁSICO
Câmara Municipal de Petrolina	Legislativo	Municipal	93,75%	60,22%	35,29%	64,94%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Poção	Legislativo	Municipal	81,25%	58,06%	35,29%	60,96%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Pombos	Legislativo	Municipal	87,50%	50,54%	23,53%	55,78%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Primavera	Legislativo	Municipal	87,50%	66,67%	47,06%	69,32%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Quipapá	Legislativo	Municipal	87,50%	59,14%	58,82%	64,54%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Quixaba	Legislativo	Municipal	81,25%	66,67%	23,53%	66,53%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal do Recife	Legislativo	Municipal	93,75%	64,52%	82,35%	71,31%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Riacho das Almas	Legislativo	Municipal	68,75%	49,46%	35,29%	52,19%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Ribeirão	Legislativo	Municipal	87,50%	68,82%	41,18%	70,52%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Rio Formoso	Legislativo	Municipal	75,00%	30,11%	17,65%	37,85%	BÁSICO
Câmara Municipal de Sairé	Legislativo	Municipal	81,25%	81,72%	47,06%	79,28%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Salgadinho	Legislativo	Municipal	87,50%	76,34%	23,53%	74,90%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Salgueiro	Legislativo	Municipal	87,50%	83,87%	29,41%	80,88%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Saloá	Legislativo	Municipal	68,75%	48,39%	17,65%	50,20%	INTERMEDIÁRIO



NOME ENTIDADE	PODER / ÓRGÃO AUTÔNOMO	ESFERA	% CRITÉRIOS ESSENCIAIS	% CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS	% CRITÉRIOS RECOMENDADOS	ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA	NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA
Câmara Municipal de Sanharó	Legislativo	Municipal	87,50%	55,91%	35,29%	60,56%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Santa Cruz	Legislativo	Municipal	87,50%	27,96%	17,65%	38,65%	BÁSICO
Câmara Municipal de Santa Cruz da Baixa Verde	Legislativo	Municipal	81,25%	62,37%	17,65%	62,95%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Santa Cruz do Capibaribe	Legislativo	Municipal	93,75%	82,80%	52,94%	82,87%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Santa Filomena	Legislativo	Municipal	87,50%	61,29%	23,53%	63,75%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Santa Maria da Boa Vista	Legislativo	Municipal	81,25%	27,96%	5,88%	36,65%	BÁSICO
Câmara Municipal de Santa Maria do Cambucá	Legislativo	Municipal	93,75%	36,56%	23,53%	46,61%	BÁSICO
Câmara Municipal de Santa Terezinha	Legislativo	Municipal	100,00%	62,37%	70,59%	70,12%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de São Benedito do Sul	Legislativo	Municipal	81,25%	66,67%	47,06%	68,13%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de São Bento do Una	Legislativo	Municipal	93,75%	96,77%	88,24%	95,62%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de São Caetano	Legislativo	Municipal	87,50%	86,02%	58,82%	84,46%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de São João	Legislativo	Municipal	75,00%	58,06%	47,06%	60,56%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de São Joaquim do Monte	Legislativo	Municipal	93,75%	79,57%	64,71%	81,27%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de São José da Coroa Grande	Legislativo	Municipal	81,25%	67,74%	35,29%	68,13%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de São José do Belmonte	Legislativo	Municipal	50,00%	44,09%	23,53%	43,82%	BÁSICO
Câmara Municipal de São José do Egito	Legislativo	Municipal	87,50%	59,14%	35,29%	62,95%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de São Lourenço da Mata	Legislativo	Municipal	81,25%	67,74%	64,71%	70,12%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de São Vicente Férrer	Legislativo	Municipal	81,25%	89,25%	58,82%	85,66%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Serra Talhada	Legislativo	Municipal	93,75%	59,14%	17,65%	62,95%	INTERMEDIÁRIO



NOME ENTIDADE	PODER / ÓRGÃO AUTÔNOMO	ESFERA	% CRITÉRIOS ESSENCIAIS	% CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS	% CRITÉRIOS RECOMENDADOS	ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA	NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA
Câmara Municipal de Serrita	Legislativo	Municipal	62,50%	48,39%	23,53%	49,40%	BÁSICO
Câmara Municipal de Sertânia	Legislativo	Municipal	87,50%	65,59%	41,18%	68,13%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Sirinhaém	Legislativo	Municipal	81,25%	48,39%	11,76%	52,19%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Solidão	Legislativo	Municipal	87,50%	96,77%	47,06%	91,63%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Surubim	Legislativo	Municipal	87,50%	60,22%	35,29%	63,75%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Tabira	Legislativo	Municipal	93,75%	84,95%	47,06%	84,06%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Tacaimbó	Legislativo	Municipal	93,75%	80,65%	70,59%	82,47%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Tacaratu	Legislativo	Municipal	100,00%	62,37%	29,41%	67,33%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Tamandaré	Legislativo	Municipal	81,25%	52,69%	23,53%	56,18%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Taquaritinga do Norte	Legislativo	Municipal	87,50%	87,10%	41,18%	84,06%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Terezinha	Legislativo	Municipal	93,75%	55,91%	23,53%	60,96%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Terra Nova	Legislativo	Municipal	100,00%	59,14%	35,29%	65,34%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Timbaúba	Legislativo	Municipal	87,50%	36,56%	17,65%	45,02%	BÁSICO
Câmara Municipal de Toritama	Legislativo	Municipal	93,75%	93,55%	29,41%	89,24%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Tracunhaém	Legislativo	Municipal	93,75%	80,65%	29,41%	79,68%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Trindade	Legislativo	Municipal	75,00%	25,81%	23,53%	35,06%	BÁSICO
Câmara Municipal de Triunfo	Legislativo	Municipal	100,00%	63,44%	23,53%	67,73%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Tupanatinga	Legislativo	Municipal	93,75%	81,72%	41,18%	81,27%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Tuparetama	Legislativo	Municipal	68,75%	23,66%	29,41%	32,67%	BÁSICO
Câmara Municipal de Vereadores de Venturosa	Legislativo	Municipal	68,75%	74,19%	76,47%	73,31%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Verdejante	Legislativo	Municipal	62,50%	43,01%	23,53%	45,42%	BÁSICO
Câmara Municipal de Vertente do Lério	Legislativo	Municipal	87,50%	84,95%	76,47%	84,86%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Vertentes	Legislativo	Municipal	81,25%	43,01%	11,76%	48,21%	BÁSICO
Câmara Municipal de Vicência	Legislativo	Municipal	87,50%	63,44%	41,18%	66,53%	INTERMEDIÁRIO



NOME ENTIDADE	PODER / ÓRGÃO AUTÔNOMO	ESFERA	% CRITÉRIOS ESSENCIAIS	% CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS	% CRITÉRIOS RECOMENDADOS	ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA	NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA
Câmara Municipal de Vitória de Santo Antão	Legislativo	Municipal	87,50%	61,29%	35,29%	64,54%	INTERMEDIÁRIO
Câmara Municipal de Xexéu	Legislativo	Municipal	56,25%	35,48%	17,65%	38,25%	BÁSICO
Defensoria Pública de Pernambuco	Órgão Autônomo	Estadual	100,00%	71,43%	66,67%	77,33%	PRATA
Governo do Estado de Pernambuco	Executivo	Estadual	100,00%	92,39%	100,00%	94,80%	OURO
Ministério Público de Pernambuco	Órgão Autônomo	Estadual	100,00%	100,00%	90,00%	99,57%	DIAMANTE
Prefeitura Municipal de Abreu e Lima	Executivo	Municipal	92,31%	64,13%	85,71%	72,86%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Afogados da Ingazeira	Executivo	Municipal	84,62%	93,48%	71,43%	90,33%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Afrânio	Executivo	Municipal	88,46%	48,91%	14,29%	59,48%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Agrestina	Executivo	Municipal	92,31%	72,83%	71,43%	78,44%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Água Preta	Executivo	Municipal	53,85%	34,78%	14,29%	39,78%	BÁSICO
Prefeitura Municipal de Águas Belas	Executivo	Municipal	92,31%	64,13%	85,71%	72,86%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Alagoinha	Executivo	Municipal	76,92%	38,04%	57,14%	49,81%	BÁSICO
Prefeitura Municipal de Aliança	Executivo	Municipal	84,62%	66,30%	85,71%	72,12%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Altinho	Executivo	Municipal	84,62%	56,52%	71,43%	65,06%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Amaraji	Executivo	Municipal	92,31%	69,57%	100,00%	76,95%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Angelim	Executivo	Municipal	76,92%	54,35%	42,86%	60,59%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Araçoiaba	Executivo	Municipal	80,77%	53,26%	71,43%	61,71%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Araripina	Executivo	Municipal	88,46%	67,39%	85,71%	73,98%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Arcoverde	Executivo	Municipal	92,31%	68,48%	85,71%	75,84%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Barra de Guabiraba	Executivo	Municipal	100,00%	69,57%	85,71%	78,81%	PRATA
Prefeitura Municipal de Barreiros	Executivo	Municipal	65,38%	42,39%	28,57%	48,70%	BÁSICO
Prefeitura Municipal de Belém de Maria	Executivo	Municipal	100,00%	68,48%	57,14%	77,32%	PRATA



NOME ENTIDADE	PODER / ÓRGÃO AUTÔNOMO	ESFERA	% CRITÉRIOS ESSENCIAIS	% CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS	% CRITÉRIOS RECOMENDADOS	ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA	NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA
Prefeitura Municipal de Belém de São Francisco	Executivo	Municipal	65,38%	55,43%	71,43%	58,74%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Belo Jardim	Executivo	Municipal	100,00%	80,43%	100,00%	86,62%	OURO
Prefeitura Municipal de Betânia	Executivo	Municipal	69,23%	78,26%	85,71%	75,84%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal dos Bezerras	Executivo	Municipal	88,46%	82,61%	100,00%	84,76%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Bodocó	Executivo	Municipal	88,46%	51,09%	28,57%	61,34%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Bom Conselho	Executivo	Municipal	84,62%	54,35%	57,14%	63,20%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal do Bom Jardim	Executivo	Municipal	34,62%	30,43%	42,86%	31,97%	BÁSICO
Prefeitura Municipal de Bonito	Executivo	Municipal	73,08%	84,78%	100,00%	81,78%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Brejão	Executivo	Municipal	100,00%	81,52%	100,00%	87,36%	OURO
Prefeitura Municipal de Brejinho	Executivo	Municipal	76,92%	64,13%	100,00%	68,77%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal do Brejo da Madre de Deus	Executivo	Municipal	61,54%	48,91%	42,86%	52,42%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Buenos Aires	Executivo	Municipal	69,23%	58,70%	57,14%	61,71%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Buíque	Executivo	Municipal	53,85%	55,43%	71,43%	55,39%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho	Executivo	Municipal	96,15%	51,09%	85,71%	65,06%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Cabrobó	Executivo	Municipal	84,62%	54,35%	42,86%	62,83%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Cachoeirinha	Executivo	Municipal	80,77%	67,39%	85,71%	71,75%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Caetés	Executivo	Municipal	65,38%	51,09%	71,43%	55,76%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Calçado	Executivo	Municipal	80,77%	56,52%	57,14%	63,57%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Calumbi	Executivo	Municipal	84,62%	82,61%	85,71%	83,27%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Camaragibe	Executivo	Municipal	88,46%	67,39%	57,14%	73,23%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Camocim de São Félix	Executivo	Municipal	92,31%	68,48%	100,00%	76,21%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Camutanga	Executivo	Municipal	84,62%	67,39%	85,71%	72,86%	INTERMEDIÁRIO



NOME ENTIDADE	PODER / ÓRGÃO AUTÔNOMO	ESFERA	% CRITÉRIOS ESSENCIAIS	% CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS	% CRITÉRIOS RECOMENDADOS	ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA	NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA
Prefeitura Municipal de Canhotinho	Executivo	Municipal	84,62%	59,78%	57,14%	66,91%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Capoeiras	Executivo	Municipal	65,38%	52,17%	42,86%	55,76%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Carnaíba	Executivo	Municipal	84,62%	76,09%	100,00%	79,18%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Carnaubeira da Penha	Executivo	Municipal	69,23%	79,35%	71,43%	76,21%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Carpina	Executivo	Municipal	88,46%	60,87%	100,00%	69,89%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Caruaru	Executivo	Municipal	100,00%	80,43%	100,00%	86,62%	OURO
Prefeitura Municipal de Casinhas	Executivo	Municipal	76,92%	53,26%	57,14%	60,22%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Catende	Executivo	Municipal	84,62%	54,35%	85,71%	63,94%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Cedro	Executivo	Municipal	80,77%	72,83%	85,71%	75,46%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Chã de Alegria	Executivo	Municipal	53,85%	40,22%	42,86%	44,24%	BÁSICO
Prefeitura Municipal de Chã Grande	Executivo	Municipal	92,31%	66,30%	100,00%	74,72%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Condado	Executivo	Municipal	100,00%	64,13%	85,71%	75,09%	PRATA
Prefeitura Municipal de Correntes	Executivo	Municipal	84,62%	58,70%	71,43%	66,54%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Cortês	Executivo	Municipal	57,69%	64,13%	28,57%	61,34%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Cumaru	Executivo	Municipal	42,31%	53,26%	42,86%	49,81%	BÁSICO
Prefeitura Municipal de Cupira	Executivo	Municipal	100,00%	53,26%	71,43%	67,29%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Custódia	Executivo	Municipal	96,15%	66,30%	71,43%	75,09%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Dormentes	Executivo	Municipal	88,46%	68,48%	85,71%	74,72%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Escada	Executivo	Municipal	84,62%	67,39%	100,00%	73,23%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Exu	Executivo	Municipal	100,00%	65,22%	85,71%	75,84%	PRATA
Prefeitura Municipal de Feira Nova	Executivo	Municipal	88,46%	57,61%	57,14%	66,54%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Ferreiros	Executivo	Municipal	84,62%	67,39%	100,00%	73,23%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Flores	Executivo	Municipal	76,92%	61,96%	85,71%	66,91%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Floresta	Executivo	Municipal	96,15%	70,65%	100,00%	78,81%	INTERMEDIÁRIO



NOME ENTIDADE	PODER / ÓRGÃO AUTÔNOMO	ESFERA	% CRITÉRIOS ESSENCIAIS	% CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS	% CRITÉRIOS RECOMENDADOS	ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA	NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA
Prefeitura Municipal de Frei Miguelinho	Executivo	Municipal	92,31%	53,26%	42,86%	64,31%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal da Gameleira	Executivo	Municipal	100,00%	70,65%	71,43%	79,18%	PRATA
Prefeitura Municipal de Garanhuns	Executivo	Municipal	100,00%	92,39%	100,00%	94,80%	OURO
Prefeitura Municipal de Glória do Goitá	Executivo	Municipal	96,15%	61,96%	42,86%	71,38%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Goiana	Executivo	Municipal	96,15%	53,26%	42,86%	65,43%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Granito	Executivo	Municipal	88,46%	65,22%	85,71%	72,49%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Gravatá	Executivo	Municipal	96,15%	98,91%	100,00%	98,14%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Iati	Executivo	Municipal	88,46%	67,39%	57,14%	73,23%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Ibimirim	Executivo	Municipal	84,62%	69,57%	100,00%	74,72%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Ibirajuba	Executivo	Municipal	92,31%	60,87%	71,43%	70,26%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Igarassu	Executivo	Municipal	88,46%	60,87%	42,86%	68,40%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Iguaracy	Executivo	Municipal	96,15%	86,96%	85,71%	89,59%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal da Ilha de Itamaracá	Executivo	Municipal	65,38%	69,57%	71,43%	68,40%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Inajá	Executivo	Municipal	73,08%	56,52%	28,57%	60,59%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Ingazeira	Executivo	Municipal	80,77%	65,22%	42,86%	69,14%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Ipojuca	Executivo	Municipal	92,31%	69,57%	85,71%	76,58%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Ipubi	Executivo	Municipal	76,92%	38,04%	42,86%	49,44%	BÁSICO
Prefeitura Municipal de Itacuruba	Executivo	Municipal	100,00%	59,78%	57,14%	71,38%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Itaíba	Executivo	Municipal	84,62%	78,26%	42,86%	79,18%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Itambé	Executivo	Municipal	61,54%	51,09%	71,43%	54,65%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Itapetim	Executivo	Municipal	65,38%	67,39%	100,00%	67,66%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Itapissuma	Executivo	Municipal	96,15%	47,83%	28,57%	61,34%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Itaquitinga	Executivo	Municipal	80,77%	64,13%	100,00%	69,89%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal do Jaboatão dos Guararapes	Executivo	Municipal	100,00%	81,52%	85,71%	86,99%	OURO



NOME ENTIDADE	PODER / ÓRGÃO AUTÔNOMO	ESFERA	% CRITÉRIOS ESSENCIAIS	% CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS	% CRITÉRIOS RECOMENDADOS	ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA	NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA
Prefeitura Municipal de Jaqueira	Executivo	Municipal	53,85%	54,35%	42,86%	53,90%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Jataúba	Executivo	Municipal	92,31%	63,04%	57,14%	71,38%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Jatobá	Executivo	Municipal	69,23%	57,61%	57,14%	60,97%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de João Alfredo	Executivo	Municipal	96,15%	53,26%	71,43%	66,17%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Joaquim Nabuco	Executivo	Municipal	100,00%	56,52%	42,86%	68,77%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Jucati	Executivo	Municipal	92,31%	80,43%	85,71%	84,01%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Jupi	Executivo	Municipal	88,46%	56,52%	85,71%	66,54%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Jurema	Executivo	Municipal	57,69%	40,22%	28,57%	44,98%	BÁSICO
Prefeitura Municipal de Lagoa de Itaenga	Executivo	Municipal	84,62%	63,04%	71,43%	69,52%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Lagoa do Carro	Executivo	Municipal	88,46%	63,04%	71,43%	70,63%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Lagoa do Ouro	Executivo	Municipal	80,77%	57,61%	85,71%	65,06%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Lagoa dos Gatos	Executivo	Municipal	84,62%	57,61%	85,71%	66,17%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Lagoa Grande	Executivo	Municipal	69,23%	57,61%	85,71%	61,71%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Lajedo	Executivo	Municipal	100,00%	93,48%	100,00%	95,54%	DIAMANTE
Prefeitura Municipal de Limoeiro	Executivo	Municipal	69,23%	41,30%	71,43%	50,19%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Macaparana	Executivo	Municipal	57,69%	38,04%	85,71%	44,98%	BÁSICO
Prefeitura Municipal de Machados	Executivo	Municipal	88,46%	67,39%	85,71%	73,98%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Manari	Executivo	Municipal	53,85%	39,13%	71,43%	44,24%	BÁSICO
Prefeitura Municipal de Maraial	Executivo	Municipal	65,38%	54,35%	100,00%	58,74%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Mirandiba	Executivo	Municipal	61,54%	58,70%	71,43%	59,85%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Moreilândia	Executivo	Municipal	100,00%	68,48%	100,00%	78,44%	PRATA
Prefeitura Municipal do Moreno	Executivo	Municipal	73,08%	65,22%	42,86%	66,91%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Nazaré da Mata	Executivo	Municipal	88,46%	45,65%	42,86%	57,99%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Olinda	Executivo	Municipal	100,00%	78,26%	71,43%	84,39%	PRATA
Prefeitura Municipal de Orobó	Executivo	Municipal	100,00%	65,22%	85,71%	75,84%	PRATA



NOME ENTIDADE	PODER / ÓRGÃO AUTÔNOMO	ESFERA	% CRITÉRIOS ESSENCIAIS	% CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS	% CRITÉRIOS RECOMENDADOS	ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA	NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA
Prefeitura Municipal de Orocó	Executivo	Municipal	65,38%	44,57%	28,57%	50,19%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Ouricuri	Executivo	Municipal	65,38%	46,74%	57,14%	52,42%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal dos Palmares	Executivo	Municipal	57,69%	45,65%	57,14%	49,44%	BÁSICO
Prefeitura Municipal de Palmeirina	Executivo	Municipal	80,77%	53,26%	57,14%	61,34%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Panelas	Executivo	Municipal	96,15%	58,70%	57,14%	69,52%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Paratama	Executivo	Municipal	100,00%	65,22%	71,43%	75,46%	PRATA
Prefeitura Municipal de Parnamirim	Executivo	Municipal	100,00%	77,17%	85,71%	84,01%	PRATA
Prefeitura Municipal de Passira	Executivo	Municipal	65,38%	43,48%	57,14%	50,19%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal do Paudalho	Executivo	Municipal	88,46%	55,43%	71,43%	65,43%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Paulista	Executivo	Municipal	80,77%	48,91%	57,14%	58,36%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal da Pedra	Executivo	Municipal	76,92%	61,96%	85,71%	66,91%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Pesqueira	Executivo	Municipal	76,92%	71,74%	100,00%	73,98%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Petrolândia	Executivo	Municipal	100,00%	76,09%	71,43%	82,90%	PRATA
Prefeitura Municipal de Petrolina	Executivo	Municipal	88,46%	72,83%	100,00%	78,07%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Poção	Executivo	Municipal	76,92%	46,74%	42,86%	55,39%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Pombos	Executivo	Municipal	88,46%	60,87%	100,00%	69,89%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Primavera	Executivo	Municipal	69,23%	61,96%	85,71%	64,68%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Quipapá	Executivo	Municipal	84,62%	60,87%	85,71%	68,40%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Quixaba	Executivo	Municipal	88,46%	73,91%	85,71%	78,44%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura da Cidade do Recife	Executivo	Municipal	96,15%	94,57%	100,00%	95,17%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Riacho das Almas	Executivo	Municipal	96,15%	78,26%	85,71%	83,64%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Ribeirão	Executivo	Municipal	92,31%	72,83%	57,14%	78,07%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Rio Formoso	Executivo	Municipal	61,54%	41,30%	85,71%	48,33%	BÁSICO
Prefeitura Municipal de Sairé	Executivo	Municipal	73,08%	50,00%	85,71%	57,62%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Salgadinho	Executivo	Municipal	53,85%	29,35%	28,57%	36,43%	BÁSICO



NOME ENTIDADE	PODER / ÓRGÃO AUTÔNOMO	ESFERA	% CRITÉRIOS ESSENCIAIS	% CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS	% CRITÉRIOS RECOMENDADOS	ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA	NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA
Prefeitura Municipal de Salgueiro	Executivo	Municipal	96,15%	73,91%	85,71%	80,67%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Saloá	Executivo	Municipal	92,31%	86,96%	85,71%	88,48%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Sanharó	Executivo	Municipal	80,77%	70,65%	71,43%	73,61%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Santa Cruz	Executivo	Municipal	92,31%	46,74%	0,00%	58,74%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Baixa Verde	Executivo	Municipal	100,00%	80,43%	100,00%	86,62%	OURO
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Capibaribe	Executivo	Municipal	100,00%	61,96%	57,14%	72,86%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Santa Filomena	Executivo	Municipal	53,85%	41,30%	14,29%	44,24%	BÁSICO
Prefeitura Municipal de Santa Maria da Boa Vista	Executivo	Municipal	84,62%	66,30%	85,71%	72,12%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Santa Maria do Cambucá	Executivo	Municipal	84,62%	64,13%	57,14%	69,89%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha	Executivo	Municipal	80,77%	50,00%	100,00%	60,22%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de São Benedito do Sul	Executivo	Municipal	92,31%	66,30%	71,43%	73,98%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de São Bento do Una	Executivo	Municipal	88,46%	75,00%	85,71%	79,18%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de São Caetano	Executivo	Municipal	88,46%	57,61%	85,71%	67,29%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de São João	Executivo	Municipal	92,31%	68,48%	85,71%	75,84%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de São Joaquim do Monte	Executivo	Municipal	92,31%	71,74%	85,71%	78,07%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de São José da Coroa Grande	Executivo	Municipal	88,46%	66,30%	100,00%	73,61%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de São José do Belmonte	Executivo	Municipal	92,31%	84,78%	85,71%	86,99%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de São José do Egito	Executivo	Municipal	96,15%	71,74%	85,71%	79,18%	INTERMEDIÁRIO



NOME ENTIDADE	PODER / ÓRGÃO AUTÔNOMO	ESFERA	% CRITÉRIOS ESSENCIAIS	% CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS	% CRITÉRIOS RECOMENDADOS	ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA	NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA
Prefeitura Municipal de São Lourenço da Mata	Executivo	Municipal	84,62%	82,61%	85,71%	83,27%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de São Vicente Férrer	Executivo	Municipal	69,23%	54,35%	57,14%	58,74%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Serra Talhada	Executivo	Municipal	100,00%	83,70%	85,71%	88,48%	OURO
Prefeitura Municipal de Serrita	Executivo	Municipal	69,23%	50,00%	42,86%	55,39%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Sertânia	Executivo	Municipal	88,46%	73,91%	100,00%	78,81%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Sirinhaém	Executivo	Municipal	73,08%	63,04%	57,14%	65,80%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Solidão	Executivo	Municipal	88,46%	59,78%	57,14%	68,03%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Surubim	Executivo	Municipal	88,46%	65,22%	85,71%	72,49%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Tabira	Executivo	Municipal	92,31%	67,39%	57,14%	74,35%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Tacaimbó	Executivo	Municipal	100,00%	72,83%	100,00%	81,41%	PRATA
Prefeitura Municipal de Tacaratu	Executivo	Municipal	50,00%	38,04%	57,14%	42,01%	BÁSICO
Prefeitura Municipal de Tamandaré	Executivo	Municipal	84,62%	68,48%	71,43%	73,23%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Taquaritinga do Norte	Executivo	Municipal	80,77%	80,43%	71,43%	80,30%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Terezinha	Executivo	Municipal	96,15%	72,83%	42,86%	78,81%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Terra Nova	Executivo	Municipal	80,77%	67,39%	14,29%	69,89%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Timbaúba	Executivo	Municipal	76,92%	73,91%	85,71%	75,09%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Toritama	Executivo	Municipal	96,15%	93,48%	100,00%	94,42%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Tracunhaém	Executivo	Municipal	61,54%	54,35%	57,14%	56,51%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Trindade	Executivo	Municipal	61,54%	48,91%	28,57%	52,04%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Triunfo	Executivo	Municipal	100,00%	85,87%	85,71%	89,96%	OURO
Prefeitura Municipal de Tupanatinga	Executivo	Municipal	88,46%	51,09%	42,86%	61,71%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Tuparetama	Executivo	Municipal	92,31%	66,30%	42,86%	73,23%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Venturosa	Executivo	Municipal	92,31%	80,43%	100,00%	84,39%	INTERMEDIÁRIO



NOME ENTIDADE	PODER / ÓRGÃO AUTÔNOMO	ESFERA	% CRITÉRIOS ESSENCIAIS	% CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS	% CRITÉRIOS RECOMENDADOS	ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA	NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA
Prefeitura Municipal de Verdejante	Executivo	Municipal	73,08%	65,22%	100,00%	68,40%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Vertente do Lério	Executivo	Municipal	42,31%	30,43%	85,71%	35,32%	BÁSICO
Prefeitura Municipal de Vertentes	Executivo	Municipal	96,15%	70,65%	85,71%	78,44%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Vicência	Executivo	Municipal	65,38%	56,52%	71,43%	59,48%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Vitória de Santo Antão	Executivo	Municipal	96,15%	90,22%	100,00%	92,19%	INTERMEDIÁRIO
Prefeitura Municipal de Xexéu	Executivo	Municipal	92,31%	64,13%	57,14%	72,12%	INTERMEDIÁRIO
Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco	Órgão Autônomo	Estadual	100,00%	97,70%	100,00%	98,37%	DIAMANTE
Tribunal de Justiça de Pernambuco	Judiciário	Estadual	100,00%	84,09%	100,00%	87,93%	OURO